

Acessibilidade e inclusão: reflexões, desafios e avanços no campo da saúde*Accessibility and inclusion: reflections, challenges, and advances in the field of health**Accesibilidad e inclusión: reflexiones, retos y avances en el ámbito de la salud***Carla Oliveira Shubert¹**

ORCID: 0000-0002-3406-3160

Livia Fajin de Mello^{2*}

ORCID: 0000-0002-5613-7976

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.²Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.**Como citar este artigo:**

Shubert CO, Mello LF. Acessibilidade e inclusão: reflexões, desafios e avanços no campo da saúde. *Glob Acad Nurs.* 2025;6(Spe.1):e501. <https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200501>

***Autor correspondente:**prof.liviafajin@gmail.com**Convite:** 20-10-2025

Ao longo dos últimos anos, observamos avanços significativos no debate e na prática do cuidado às pessoas com deficiência no campo da saúde. A implementação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015)¹, a ampliação das discussões sobre o modelo biopsicossocial de atenção, a promoção e proteção da saúde sendo articulada com as demais políticas e ações através da nova Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (Portaria GM/MS n.º 1.526/2023)² e a produção científica sobre o tema têm contribuído para uma mudança de um olhar pautado na limitação para uma valorização da funcionalidade, da autonomia e da participação social.

Nesse contexto, destaca-se também o lançamento do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência — Novo Viver Sem Limite (Decreto n.º 11.759/2023)³, que reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da cidadania, da acessibilidade e da inclusão em todas as dimensões da vida social. O programa busca integrar ações intersetoriais voltadas à educação, saúde, trabalho, assistência social e direitos humanos, fortalecendo a perspectiva da deficiência como uma questão de justiça social e equidade.

Entretanto, ainda persistem muitas barreiras que dificultam o acesso pleno das pessoas com deficiência aos serviços de saúde. Tais barreiras repercutem não apenas na utilização dos serviços, mas também na qualidade do cuidado prestado e na experiência vivida pelos usuários e seus familiares. A promoção da acessibilidade e da inclusão constitui um dos maiores desafios encontrados nos sistemas de saúde. Muito além de um imperativo legal, trata-se de um compromisso ético com a dignidade humana, o direito à saúde e a valorização da diversidade.

Esta edição especial trata-se de um espaço plural onde se reúnem reflexões, pesquisas e relatos que buscam dar visibilidade às experiências, às práticas, aos desafios que ainda precisam ser superados e aos conhecimentos produzidos na interface entre saúde, acessibilidade e inclusão.

Ao convidar o leitor para este diálogo, reafirmamos que a acessibilidade e a inclusão não se restringem a adaptações pontuais ou eliminação de algumas barreiras, mas constituem um processo contínuo de transformação cultural, institucional e profissional. São avanços que exigem compromisso coletivo, sensibilidade e inovação.

Esperamos que este número especial contribua para o fortalecimento da reflexão crítica, inspire práticas mais inclusivas nos serviços de saúde e amplie os horizontes da pesquisa no campo da deficiência. Nossa esperança é que cada página aqui apresentada possa servir como um convite para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e verdadeiramente inclusiva.

Referências

1. Brasil. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) [Internet]. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015 [acesso em 19 out 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n.º 1.526/2023, de 11 de outubro de 2023. Altera as Portarias de Consolidação GM/MS n.ºs 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) [Internet]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 196, p. 99, 16 out. 2023 [acesso em 19 out 2025]. Seção 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.526-de-11-de-outubro-de-2023-516446366?fbclid=IwAR18VZQX8D5AzQolomw19Sijjd932j-d3jNnbX3PgntL4kUe7JQuuGqGy-l>
3. Brasil. Presidência da República. Decreto n.º 11.793/2023, de 23 de novembro de 2023. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver Sem Limite [Internet]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 5, 23 nov. 2023 [acesso em 19 out 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11793.htm#art8A

